

Tatuí, 30 de outubro de 2017

À Câmara Municipal de Tatuí

AO EXPEDIENTE
e sessões 31/10/17

Ref: Requerimento nº 1510/2017

Presidente da Câmara

Em atendimento ao Requerimento nº 1510/2017 formulado pelo Vereador Eduardo Dade Sallum a respeito do montante da dívida da Santa Casa de Misericórdia de Tatuí, passamos a detalhar essa dívida, conforme segue:

1) Débitos junto à Receita Federal do Brasil R\$ 3.111.694,82

São débitos gerados pelo não recolhimento de Impostos Federais, com valores atualizados para setembro de 2017, obtidos no site da Receita Federal:

- IRRF-Trabalho com vínculo (R\$ 59.788,35)
- IRRF-Trabalho sem vínculo (R\$ 287.006,36)
- IRRF-Serviços Prestados por PJ (R\$ 262.341,53)
- PIS sobre Folha de Pagamento (R\$ 106.201,22)
- DCTF-Multa por Atraso ou Falta (R\$ 27.470,31)
- CSRF-Pis, Cofins e CSLL (R\$ 819.932,25)
- Divergência GFIP x GPS (R\$ 174.574,26)
- Débitos em cobrança, aguardando expiração prazo (R\$ 1.374.380,54)

2) Débitos junto à PGFN (Dívida Ativa da União) R\$ 5.923.451,47

São débitos de natureza previdenciária (INSS) e não previdenciária inscritos em Dívida Ativa da União, controlados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, atualizados para setembro de 2017 e obtidos no site da Receita Federal/PGFN:

- Dívida Previdenciária-INSS (R\$ 3.669.443,42)
- Débitos com Exigibilidade Suspensa-INSS-Lei 11941 (R\$ 1.049.127,27)
- Dívida não Previdenciária, tais como PIS, Multas CLT, IRPJ e Outras (R\$ 1.204.880,78)

3) Débitos com FGTS R\$ 3.958.970,89

São os valores de depósito de FGTS declarados e não recolhidos. Uma parte deste valor já está inscrito em Dívida Ativa e outra ainda está sob cobrança administrativa. Estes dados foram extraídos do site da Receita Federal (PGFN-DAU) e o FGTS a recolher do balancete da SCMT. Ainda pendentes de confirmação junto à CEF:

- FGTS inscrito em Dívida Ativa da União (R\$ 2.373.096,10)
- FGTS a recolher (R\$ 1.585.874,79)

4) Débitos trabalhistas R\$ 2.795.421,30

São débitos originários de pendências trabalhistas. Alguns débitos geraram ações no TRT da 15ª Região, outros estão com acordos feitos junto à SCMT sem processos e tem ainda as rescisões a serem pagas. Os processos sem decisão foram lançados pelo valor da ação, ainda pendentes de discussão pelo Jurídico da SCMT:

- Débitos com processos no TRT com acordo de pagamento (R\$ 577.501,02)
- Débitos com processos no TRT ainda sem decisão final (R\$ 2.120.329,54)
- Débitos trabalhistas com acordo judicial (sem processo) (R\$ 3.223,63)
- Rescisões pendentes até 25.10.2017 (R\$ 94.367,11)

5) Débitos com Fornecedores R\$ 6.525.650,27

São os débitos gerados pelo não pagamento aos Fornecedores de materiais e serviços. Alguns estão com processos abertos na Vara Cível de Tatuí. Outros têm acordo de pagamento parcelado com a SCMT. A maioria não abriu processo e não tem acordo de pagamento parcelado:

- Com demanda judicial (R\$ 1.192.474,21)
- Com acordo de pagamento parcelado com a SCMT (R\$ 2.516.121,40)
- Fornecedores diversos (R\$ 2.817.054,66)

6) Débitos com Terceiros R\$ 2.836.640,75

São débitos gerados pelo não pagamento a Terceiros (não classificados como fornecedores), tais como Clínicas, Laboratórios, Médicos etc:

- Serviços de Terceiros a pagar sem processos (R\$ 1.061.755,48)
- Serviços de Terceiros a pagar com processos (R\$ 4.692,50)
- Serviços Médicos a pagar de Pessoas Físicas (R\$ 469.836,69)
- Serviços Médicos a pagar de Pessoas Jurídicas (R\$ 1.300.356,08)

7) Débitos com Instituições Financeiras R\$ 2.822.842,44

Corresponde ao saldo devido pelo não pagamento total dos empréstimos contratados com pagamento parcelado em 60 meses. O débito referente a empréstimo consignado não está contabilizado neste grupo, mas sim no grupo Contas a Pagar:

- Empréstimos Bancários-Bradesco (R\$ 512.192,43)
- Empréstimos Bancários-Santander (R\$ 2.160.650,01)

8) Outros débitos em processos na Vara Cível de Tatuí R\$ 935.966,76

São processos diversos encontrados na Vara Cível de Tatuí, onde consta a SCMT como requerida, mas não estão classificados como Fornecedores nem Terceiros. Abrange demandas diversas tais como Dano Moral, Erro Médico, Aposentadoria Especial, Dívida Ativa do Estado de SP etc.

9) Débitos de Obrigações Sociais R\$ 298,643,76

Abrange débitos com Associações, Sindicatos, Federações etc. Alguns tem acordo judicial, outros não:

- Obrigações Sociais sem processo (R\$ 191,871,67)
- Débitos com Acordo Judicial (R\$ 106.772,09)

10) Outras Contas a Pagar R\$ 1.760.407,73

Abrange os débitos assim classificados no Balancete da SCMT, tais como:

- Empréstimo consignado em Folha-HSBC (R\$ 170.349,13)
- Banco Itaú Conta 1596-2 Reclassificada (R\$ 98.755,96)
- Adiantamento da Prefeitura Municipal de Tatuí (R\$ 1.376.014,62)
- Diversos (R\$ 115.288,02)


Total da DívidaR\$ 30.969.690,19

Lembramos que este quadro resumo dos valores da dívida está sujeito a alterações constantes, pela ocorrência dinâmica de eventos de compras, pagamentos, acréscimos legais, alterações na justiça etc.

Qualquer dúvida adicional estaremos à disposição sempre que essa Casa Legislativa o requerer.

Atenciosamente,

Santa Casa de Misericórdia de Tatuí


Márcia Apd Giriboni Souza
Interventora
Santa Casa M. Tatuí
Dec. Mun. nº18114

CÂMARA MUNICIPAL DE TATUI	
Data: 30/10/2017	Hora: 13:34
Ofício Nº 394/2017	
Autoria: SANTA CASA DE TATUI	
Assunto: RESPOSTA AO REQUERIMENTO Nº1610/17/VEREADOR EDUARDO DADE BALLUM	

Número de Protocolo
04692/2017